Segunda-Feira, 23 de Novembro de 2026

Ex-presidente da Coreia do Sul é condenado à prisão perpétua por insurreição

A Justiça sul-coreana condenou, nesta quinta-feira (19) o ex-presidente **Sul Yoon Suk Yeol à prisão perpétua** por liderar uma insurreição e decretar a lei marcial no País, em 2024.

"A declaração de lei marcial resultou em enormes custos sociais, e é difícil encontrar qualquer indício de que o réu tenha demonstrado arrependimento por isso", afirmou o juiz Ji Gwi-yeon, do Tribunal do Distrito Central de Seul, na leitura da sentença.

Os promotores tinham pedido **pena de morte** para Yeol, mas a solicitação foi revista. Na Coreia do Sul, planejar uma insurreição é punível com **pena máxima de morte ou prisão perpétua**. A primeira medida não é consumada desde 1997.

Yeol já havia sido condenado por cinco anos devido a uma série de crimes, como **abuso de poder até obstrução da Justiça**. Ele está deito em regime de isolamento e nega todas as acusações.

Para o ex-presidente, a convocação da lei marcial era importante para **"proteger a liberdade"** e restaurar a ordem constitucional diante do que chamou de uma "ditadura legislativa" liderada pela oposição.

Junto do antigo chefe de Estado, o ex-ministro da Defesa Kim Yong-hyun foi condenado a 30 anos de prisão por seu papel na crise.

Relembre o caso

Em 3 de dezembro de 2024, Yeol decretou a lei marcial no País em um discurso transmitido ao vivo. Horas depois, o Parlamento votou para bloquear o decreto.

Na época, Suk Yeol alegou que a medida era necessária para proteger o país das **"forças comunistas"** norte-coreanas.

A lei marcial está escrita no artigo 77 da Constituição da Coreia do Sul e afirma que é uma medida feita por meio do presidente, "quando for necessário enfrentar uma exigência militar ou manter a segurança e a ordem pública".

O líder ainda responde por mandar tropas militares até a Assembleia Nacional para **arrastar seus oponentes para fora** e prendê-los.

Ainda é esperado que o ex-mandatário recorra da decisão e possa, novamente, contestar qualquer decisão do tribunal de apelações no Supremo Tribunal sul-coreano.

AFP